

## **Regiões Metropolitanas - Geral**

Ao analisar os dados relativos a cada uma das regiões metropolitanas cobertas pela amostra, é possível verificar que houve uma variação para baixo no ICJ em todas as regiões metropolitanas pesquisadas. No que diz respeito aos subíndices de percepção e comportamento, de forma geral, também foi percebido o mesmo movimento.

Os casos que mais chamam a atenção, por não seguir essa tendência, são Salvador e Rio de Janeiro. Na região metropolitana de Salvador, o subíndice de percepção se manteve de um trimestre para o outro em 4,7 pontos, fazendo com que houvesse a menor variação para baixo no índice de confiança (0,1 ponto). Na região metropolitana do Rio de Janeiro, o subíndice de comportamento se manteve de um trimestre para o outro, permanecendo em 7,9 pontos, o que contribui para que o índice de confiança variasse para baixo em 0,2 ponto.

As regiões metropolitanas que apresentaram maior variação foram Porto Alegre e Belo Horizonte. Em Porto Alegre, o subíndice de percepção sofreu uma variação para baixo de 0,5 ponto e o subíndice de comportamento registrou uma queda de 0,3 ponto. Em Belo Horizonte houve uma queda no subíndice de percepção equivalente a 0,4 ponto.

A região metropolitana de São Paulo que, em números brutos, representa o maior número de respondentes, obteve uma queda no índice de confiança de 0,3 ponto, sendo que o subíndice de percepção variou em 0,3 ponto para baixo e o subíndice de comportamento variou em 0,2 ponto para baixo.

## **Regiões Metropolitanas – percepção**

Em relação às capitais, Porto Alegre ainda ostenta o posto de região onde a população mais confia na Justiça, com um ICJ de 5,7 pontos. A diferença é que, agora, ela divide a liderança com Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro. Essas capitais são seguidas, de perto, por Salvador e São Paulo, com 5,6 pontos. Em último lugar, vem Recife, com 5,4 pontos.

"Com exceção de Porto Alegre, em todas as outras regiões metropolitanas os principais problemas na avaliação do Judiciário dizem respeito ao tempo de solução do conflito, à desonestidade e parcialidade da instituição e à sua capacidade de solucionar conflitos, nessa ordem. Na capital gaúcha, os entrevistados consideram que os principais problemas que afetam a atuação do Judiciário são o tempo de solução dos conflitos e a facilidade de acesso da população. Isso significa que o gaúcho confia mais na honestidade dos

magistrados e que seu conflito será solucionado", analisa a professora de Direito GV Luciana Gross Cunha, coordenadora da pesquisa do ICJ.

Dentre as capitais, São Paulo é a cidade que acredita que o Judiciário resolve os conflitos de forma muito lentamente, com 96,3% das respostas muito acima da média nacional (94,5%) ou de qualquer outra cidade. Já Belo Horizonte está no outro oposto da escala, com 91% dos respondentes avaliando que o Judiciário resolve os conflitos de forma lenta ou muito lenta. Outras respostas foram Brasília (92,9%), Porto Alegre (93,8%), Rio de Janeiro e Salvador, ambos com 94,3% e Recife (92,7%). "Mesmo assim, é preocupante que, em qualquer uma das capitais, mais de 90% dos entrevistados reclamaram da lentidão do Judiciário", afirma Luciana.

A população de Belo Horizonte fica em segundo lugar no ranking com maior número de respostas quando avalia os altos custos para acessar o Judiciário, com 81,7%, perdendo apenas para Brasília, com 83,2% das respostas. Em terceiro lugar vem São Paulo, com 79,2%. Recife é a capital que mais se aproxima à média nacional: 77,9% dos entrevistados da capital pernambucana responderam que os custos são altos ou muito altos. Em Porto Alegre, 76,5% da população disse que os custos são altos ou muito altos, enquanto que o Rio de Janeiro e Salvador registraram a mesma proporção de respondentes neste quesito, 74,6%.

As duas capitais do Nordeste foram as que tiveram maior porcentagem de respondentes que criticaram o acesso ao Judiciário: 73,8% dos pernambucanos responderam que não há acesso ou o acesso é difícil ao Judiciário, já 67,4% dos soteropolitanos deram essa resposta, estando muito acima da média nacional (61,7%). Nesta pergunta, São Paulo se equiparou à média nacional, sendo seguida por Belo Horizonte (60,7%), Porto Alegre (60%), Rio de Janeiro (59,2%) e Brasília (58%).

Os recifenses, na avaliação do ICJBrasil, são os mais desconfiados em relação à honestidade ou imparcialidade do Judiciário, com 77,6% das respostas dadas a esse item, superando, em muito a média nacional, que ficou em 70%, e todas as outras regiões metropolitanas pesquisadas: São Paulo (71,5%), Salvador (71,1%), Rio de Janeiro (69%), Brasília (67,9%), Porto Alegre (66,6%) e Belo Horizonte (65,1%).

Quando indagados sobre a capacidade de o Judiciário solucionar conflitos, mais uma vez os pernambucanos mostraram-se os mais céticos: 76,3% dos pernambucanos afirmaram que o Judiciário não é nada confiável ou pouco confiável na solução de conflitos, seguidos por Brasília (67,8%), Salvador

(66,2%), Rio de Janeiro (64,2%), São Paulo (63,3%), Belo Horizonte (63,1%) e Porto Alegre (59,1%).

### **Regiões Metropolitanas – comportamento**

No caso envolvendo direito do consumidor, Porto Alegre aparece com o maior número de respondentes afirmando que com certeza procurariam a Justiça para solucioná-los: 94,6%, enquanto que Recife é a região metropolitana que apresenta o menor número de entrevistados que procurariam a Justiça, com 86,1%. A média nacional de respondentes neste quesito foi de 90,6%. Os resultados das outras capitais foram: Brasília (92,5%), São Paulo (89%), Salvador (89,6%), Rio de Janeiro (92,4%) e Belo Horizonte (91,6%).

Quando a briga envolve o poder público, são os gaúchos que mais afirmaram que recorreriam à Justiça, com 84,8% das respostas, seguido pelos brasilienses (83,7%), cariocas (82,8%), paulistanos (82,2%) e mineiros (80,7%). Os respondentes das duas capitais nordestinas são os que menos acionariam a Justiça para resolver uma controvérsia com o Poder Público. Apenas 79% dos soteropolitanos responderam afirmativamente a essa questão e, entre os recifenses, a porcentagem é a ainda mais baixa: 70,7%. A média nacional, nesse quesito, ficou em 81,5%.

Em relação à reclamação na Justiça por direitos trabalhistas, são os cariocas que lideram o ranking de respostas afirmando que, com certeza, acionariam o Estado: 76,6%, seguidos, de perto, pelos soteropolitanos, com 75,6% e, em terceiro lugar, pelos paulistanos: 71,9%. A média nacional de respostas a essa pergunta foi 71,7%. Todas as outras capitais ficaram abaixo dela: Belo Horizonte (64,3%), Brasília (66,5%), Porto Alegre (68,1%) e Recife (69,1%).

O caso de direito de família também mobiliza grande parte dos entrevistados. Em Porto Alegre, por exemplo, 91,3% dos entrevistados responderam que com certeza recorreriam ao Judiciário nessa hipóteses, seguido por Brasília, com 85,5% das respostas e, imediatamente atrás, por Belo Horizonte (85,3%) e por São Paulo (85,2%). O percentual de respostas nacional foi de 84,1%. O resultado das outras capitais foi o seguinte: Rio de Janeiro (84,4%), Salvador (78,4%) e Recife (70,5%).

As duas últimas situações hipotéticas – que tratam de contratação de um serviço e de briga de vizinhança – tiveram respostas muito baixas em relação ao público se recorreriam à Justiça, com certeza, para resolver um conflito: no primeiro caso, apenas 27,2% dos respondentes responderam

que sim, na média nacional, enquanto que, em uma crise com vizinhos, 31,3% acionariam a Justiça.